

Monografia

CEDOC - IE - UNICAMP

Como o contexto internacional possibilitou o crescimento econômico brasileiro de 2004-2007

Aluno: Francisco Campos Assumpção – RA 032910

Orientador: Prof. Davi Nardy Antunes

Campinas, Junho de 2009

CEDOC - IE - UNICAMP

IE Instituto de
Economia



ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS.....	3
ÍNDICE DE GRÁFICOS	3
INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO 1 - TRAJETÓRIA DO PIB BRASILEIRO DE 1996-20076	
1.1 VARIAÇÃO DO PIB TRIMESTRAL DE 1996-2007.....	7
1.2 COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS 1996-2003 E 2004-2007	8
1.3 EXPORTAÇÕES POR CATEGORIA DE USO 1996-2007	11
1.4 BALANÇA COMERCIAL 1996-2007	13
1.5 EXPANSÃO DO CRÉDITO NO PAÍS 1993-2007.....	14
1.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	19
CAPÍTULO 2 – INFLUÊNCIA DO CONTEXTO EXTERNO NO CRESCIMENTO ECONÔMICO DE 2004 A 2007.	20
2.1 VARIAÇÃO DOS PREÇOS DAS COMMODITIES	20
2.2 VARIAÇÃO DAS RESERVAS BRASILEIRAS NO PERÍODO RECENTE	22
2.3 FLUXOS DE CAPITAL.....	24
2.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE CRÍTICA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NO PERÍODO	28
3.1 A CONTRIBUIÇÃO DE RAÚL PREBISCH	28
3.2 OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 NO MUNDO DO TRABALHO	30
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
CONCLUSÕES.....	37
BIBLIOGRAFIA.....	38

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Série Encadeada do Índice Trimestral.....	8
Tabela 2 – Exportações brasileiras no primeiro semestre de 2007.....	11
Tabela 3 – Balanço de Pagamentos brasileiro (1999-2007).....	23
Tabela 3 – Estimativas do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais, segundo Condição de Atividade – Região Metropolitana de São Paulo (Abril/08 a Abril/09).....	33

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – PIB trimestral a preços de mercado – (1996-2007).....	7
Gráfico 2 – Crescimento anual da Agricultura, Indústria e Serviços de 1996-2003 e 2004-2007.....	9
Gráfico 3 - Exportações por categoria de uso (FOB) - US\$(bilhões) (1996-2007)	10
Gráfico 4 - Saldo da balança comercial (US\$ bi) e variação da taxa de câmbio (R\$/US\$) 1996-2007.....	12
Gráfico 5 - Operações de Crédito aos setores público e privado R\$ tri (jan/1993 a dez/2007).....	13
Gráfico 6 - Operações de crédito para Habitação (R\$ bi) (jun/2000 a dez/2007).....	14
Gráfico 7 - Operações de crédito aos setores público e privado - % do PIB (2000 a 2007).....	15
Gráfico 8 - Operações de crédito para o setor rural (R\$ bi) (jun/2000 a dez/2007).....	15
Gráfico 9 - Operações de crédito para a indústria (R\$ bi) (jun/2000 a dez/2007).....	16
Gráfico 10 – Variação nos preços das commodities (1990-2007) (1990=100).....	19

Gráfico 11 – Correlação entre o preço das commodities e o crescimento do PIB brasileiro (1997-2007)	20
Gráfico 12 – Reservas e balança comercial brasileira (2004-2007) US\$ bi	21
Gráfico 13 – Balanço de Pagamentos Brasileiro (1990-2007).....	22
Gráfico 14 – Variação no balanço de pagamento brasileiro (1999-2007) em US\$ bi.....	24
Gráfico 15 – Índice da Massa de Rendimentos Reais dos Ocupados Regiões Metropolitanas e Distrito Federal (2006-2009).....	34

Introdução

Sob o foco de uma crise econômica de proporção comparada apenas à crise de 29, iniciada na economia norte-americana, e cujo potencial perverso de irradiar suas consequências pelo globo demonstra o grau de interdependência entre as economias nacionais, há que se analisar como a economia brasileira reage a todos estes efeitos, numa análise que necessariamente deve compreender a importância do crescimento econômico no quadriênio (2004-2007), ainda que sob a égide da política neoliberal, e sua capacidade de atenuar ou amplificar as consequências sentidas pela economia brasileira.

Portanto, a análise do crescimento do produto brasileiro observado nos últimos anos deve se pautar na influência de fatores externos como o forte crescimento da economia chinesa e a crise iniciada no mercado imobiliário norte-americano. Ipso facto, utilizamos o contexto internacional como meio de explicar o que possibilitou, ainda que não sozinho, o crescimento no período analisado uma vez que a política econômica liberal, executada por este governo, segue a mesma linha do período anterior.

Nosso objetivo ao longo deste estudo é entender o que determina o crescimento econômico brasileiro de 2004-2007, dado que a política econômica executada segue a mesma linha de pensamento desde a década de 90.

Nossa hipótese aqui apresentada é a de que a variação dos preços das commodities tem impacto significativo na pauta de exportações brasileiras, e portanto no crescimento econômico propriamente dito. Tentaremos mostrar que é, principalmente, a partir de 2003 que os preços internacionais das commodities se elevam, e é a partir de 2004 que o Brasil apresenta uma tímida retomada do crescimento. Portanto este contexto externo favorável trouxe o primeiro empuxo de expansão, que só seria mantido através da elevação dos investimentos, da demanda interna e da elevação do crédito.

Neste sentido, a elevação dos preços das commodities é influenciada, em grande medida, pelo forte crescimento econômico da China, que é a principal demandante destes produtos, pressionando seus preços. É também

relacionada a um período de relativa estabilidade econômica e política, onde uma tímida retomada na atividade econômica mundial se contrapõe ao período, das décadas perdidas de 80 e 90.

Finalmente, é importante também discutir este crescimento apresentado de forma crítica. Há que se avaliar se uma expansão econômica impulsionada apenas pelas commodities tem a capacidade de desenvolver os setores dinâmicos da economia, e possibilitar o enfrentamento da questão social brasileira.

Também é necessário entender como este curto período de dinamismo na atividade econômica brasileira determinou uma melhor situação financeira durante a crise, e qual seu efeito para aliviar – ou suprimir - as implicações nefastas desta crise.

Capítulo 1 - Trajetória do PIB brasileiro de 1996-2007

Para se entender melhor o comportamento da economia brasileira no primeiro mandato do governo Lula, deve-se compreender a trajetória do PIB desde o início das políticas econômicas neoliberais da década de 90.

De modo geral, podem-se destacar as diferenças do governo FHC em relação ao governo Lula, sendo que o primeiro se constitui num padrão neoliberal de políticas públicas, quais sejam: crescimento da dívida externa, expansão da dívida pública, déficits em conta corrente, altas taxas de juros, privatização, desmonte dos segmentos de maior valor agregado da indústria, desregulamentação do mercado de trabalho e política de valorização do câmbio.

O governo Lula, por sua vez, mantém e intensifica muitas destas ações, condicionando as políticas sociais à geração de excedentes econômicos, através de uma gestão que preserve os contratos e os mecanismos de mercado, principalmente do setor financeiro. É neste sentido que se torna necessário a geração de superávits comerciais e fiscais, que influenciam a demanda agregada e tendem a reduzir o endividamento externo e interno. Portanto, as políticas sociais no governo Lula, e o combate à pobreza, tornam-

se objetivos condicionados à metas de estabilidade macroeconômica. A ordem social se submete à lógica econômica.

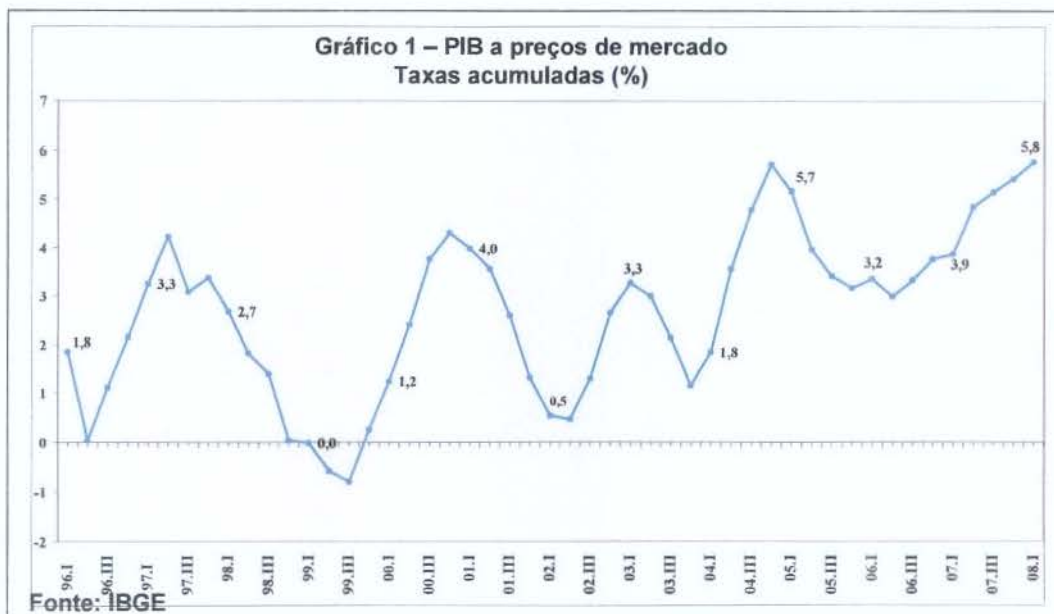
Uma vez que estas medidas tomadas pela equipe econômica do governo são sentidas de modo negativo pelo conjunto da sociedade, determinando uma queda na popularidade do governo, as políticas sociais ganham maior importância no objetivo de elevar esta popularidade, justamente como via de legitimar àquelas medidas.

Como dito, a política neoliberal aplicada desde a estabilização com o Plano Real, pautada no aumento de importações de bens, serviços e capitais; âncora cambial, juros elevados, metas de superávit primário, metas de inflação, privatização das empresas públicas, descontrole de capitais e outras medidas, foram iniciativas com o objetivo de reduzir a interferência estatal no mercado e promover a competitividade da economia, de acordo com a própria doutrina neoliberal. De forma mais crítica, podemos entender esta década de 90, e o início dos 2000 como um período de estagnação econômica com piora nos indicadores sociais.

Nesta linha, como esta política econômica foi mantida, ou para alguns até intensificada, no governo Lula, a partir de 2003, devemos entender um dos fatores responsáveis por permitir o crescimento econômico de 2004-2007, ainda que contido, olhando para fatores exógenos como a expansão da economia chinesa.

1.1 Variação do PIB Trimestral de 1996-2007

O Gráfico 1 ilustra a trajetória do PIB de 96 a 2007, expondo as taxas de crescimento acumuladas nos últimos quatro trimestres para o PIB a preços de mercado. Nota-se numa análise preliminar, que o crescimento apresentado entre 2003 e 2007 é superior ao crescimento dos oito anos anteriores, excetuando três picos que são o os primeiros trimestres de 2007, o período final de 2000 e o primeiro trimestre de 2003.



Observa-se também que após o vale do segundo trimestre de 2006 quando a taxa de crescimento do PIB atingiu 3%, houve uma aceleração da taxa atingido 3,9% no primeiro trimestre de 2007 e 5,8 % no primeiro trimestre de 2008.

1.2 Comparação entre os períodos 1996-2003 e 2004-2007

Para melhor compreender esta trajetória da variação do PIB brasileiro nos últimos 12 anos, a Tabela 1 ilustra a alteração segundo os setores e componentes da demanda.

Com a ponderação a partir da média de 1995=100, o PIB a preços de mercado sai de 95,6 no primeiro trimestre de 96 para 111,7 no primeiro trimestre de 2004, um crescimento de 16,8% em 8 anos. No mesmo período a despesa de consumo das famílias apresentou uma variação de 18,5%, muito próxima à variação do PIB, e as exportações, uma elevação de 96,7%, impulsionadas pela desvalorização do Real pós-crise de 99.

Tabela 1 – Série Encadeada do Índice Trimestral

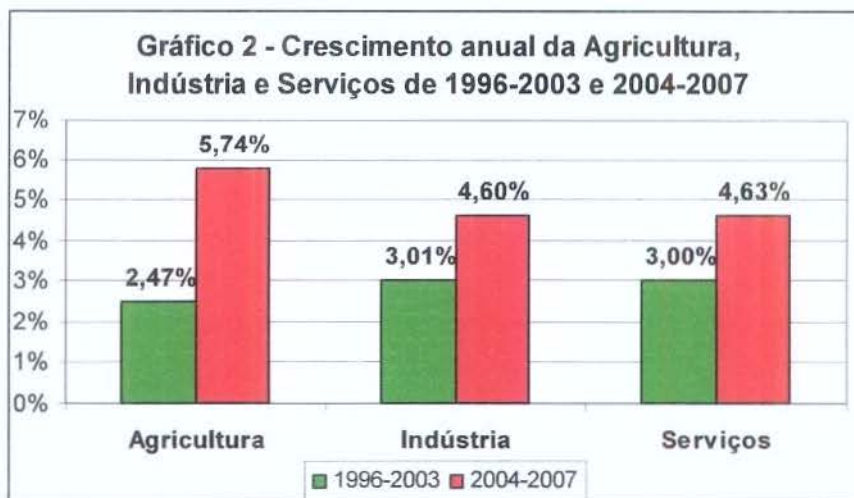
Média de 1995 = 100										
Períodos	Agropecuária	Indústria	Serviços	VApb	PIB pm	Despesa de consumo das famílias	Despesa de consumo da administração pública	Formação bruta de capital fixo	Exportação de bens e serviços	Importação de bens e serviços (-)
1996.I	87,6	92,5	98,1	95,9	95,6	95,9	89,5	92,5	95,2	82,1
1996.II	115,9	97,8	101,0	100,9	100,8	98,4	95,2	101,4	104,6	98,2
1996.III	106,7	112,4	105,9	107,7	107,8	109,1	107,4	105,9	106,7	114,4
1996.IV	101,6	101,6	103,9	103,1	104,4	109,6	100,6	106,2	91,9	127,7
1997.I	95,0	96,2	100,1	98,8	99,2	102,9	90,8	104,1	94,7	104,7
1997.II	121,9	106,0	103,4	105,1	105,8	105,2	94,4	112,7	119,6	121,6
1997.III	107,9	111,8	107,3	108,5	109,5	111,1	101,2	114,9	125,3	132,6
1997.IV	90,4	107,4	108,5	107,2	107,9	106,3	111,2	109,8	102,5	125,1
1998.I	94,0	95,4	101,4	99,5	100,0	102,9	92,3	107,3	104,6	112,9
1998.II	138,5	104,9	105,3	107,0	107,4	103,9	96,8	114,8	125,4	118,9
1998.III	112,2	108,3	108,7	108,8	109,4	110,9	105,9	113,3	125,2	129,8
1998.IV	84,7	101,8	108,5	105,4	105,8	104,8	115,3	104,5	108,8	122,1
1999.I	109,4	91,9	103,6	100,8	100,5	102,0	93,5	98,9	104,5	92,6
1999.II	142,1	101,1	106,0	106,7	106,5	103,8	98,2	103,7	124,1	101,0
1999.III	113,6	105,3	108,9	108,2	108,3	110,2	106,2	101,3	129,3	105,5
1999.IV	92,1	104,4	110,6	107,9	108,2	108,0	119,4	100,1	132,5	111,6
2000.I	119,2	96,5	106,9	104,8	105,3	105,5	97,8	99,0	126,0	96,9
2000.II	148,3	105,2	109,3	110,3	110,7	109,0	99,9	108,0	137,9	108,8
2000.III	113,1	110,3	113,0	112,4	112,9	114,5	102,9	108,3	153,3	124,2
2000.IV	89,2	110,1	115,2	112,5	113,0	112,1	116,1	108,9	136,2	125,2
2001.I	126,1	100,3	109,2	107,6	106,8	110,0	99,5	109,2	140,7	118,1
2001.II	155,1	105,9	112,5	113,0	113,2	112,4	102,6	109,8	158,0	119,9
2001.III	118,5	108,3	114,8	113,3	113,4	111,5	105,9	108,4	159,3	115,4
2001.IV	98,7	105,0	116,4	112,4	112,3	110,1	120,2	98,7	151,1	108,6
2002.I	133,0	96,1	112,3	108,9	108,9	110,9	105,3	97,1	135,9	97,2
2002.II	165,5	106,4	115,3	115,6	115,4	114,7	108,3	100,8	142,2	102,2
2002.III	128,4	112,6	119,0	117,8	117,7	114,5	110,9	103,5	193,1	107,8
2002.IV	104,2	113,1	120,8	117,9	117,6	112,6	123,9	102,4	183,1	100,1
2003.I	151,0	96,9	114,3	111,5	111,7	111,8	105,1	97,6	154,8	92,2
2003.II	182,1	105,9	116,0	117,0	116,4	111,2	108,7	92,7	179,3	96,5
2003.III	123,9	116,1	119,1	118,6	118,1	112,8	112,2	96,3	194,6	102,1
2003.IV	104,9	114,8	121,6	118,8	118,6	113,6	127,6	98,6	193,7	109,9
2004.I	158,8	106,6	118,8	117,7	117,7	113,7	107,6	99,1	187,3	105,7
2004.II	190,7	118,8	122,9	126,0	125,5	115,6	113,6	105,7	208,3	112,5
2004.III	122,7	122,5	125,4	124,5	124,3	117,5	118,1	109,2	224,8	119,0
2004.IV	102,7	120,0	127,5	123,8	123,9	119,5	132,9	106,3	212,4	116,9
2005.I	156,7	109,2	123,9	121,5	121,5	118,1	113,2	101,6	203,0	114,3
2005.II	190,0	120,3	127,6	129,3	129,1	120,8	116,8	109,0	227,1	121,8
2005.III	124,8	123,7	129,8	127,8	128,1	123,0	119,5	113,4	246,4	129,2
2005.IV	105,1	124,4	131,4	127,9	128,1	125,4	133,6	111,6	234,0	127,3
2006.I	153,8	113,2	129,2	125,8	126,4	123,6	117,9	113,3	218,8	131,7
2006.II	185,5	119,5	131,5	130,9	131,1	126,0	120,4	117,1	222,4	138,4
2006.III	142,6	128,5	134,6	133,5	133,8	128,6	122,7	124,5	265,2	156,2
2006.IV	118,7	130,2	136,9	134,3	134,7	131,5	135,8	124,1	246,5	156,6
2007.I	159,5	116,8	135,0	130,8	131,9	130,5	122,2	123,3	232,0	157,8
2007.II	187,5	127,7	137,4	137,2	138,2	133,3	124,5	133,3	251,9	164,2
2007.III	156,4	135,0	140,8	140,3	141,2	136,3	126,5	142,7	269,9	188,1
2007.IV	129,0	135,9	144,1	141,4	143,1	142,8	138,8	144,0	262,2	193,2
2008.I	163,3	124,9	141,7	138,0	139,6	139,1	129,3	142,1	227,0	187,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Já no período recente, numa análise comparativa entre o primeiro trimestre de 2004 e o último trimestre de 2007, o PIB parte de 117,7 para 143,1, uma variação de 21,5% em 4 anos, superior aos 16,8% apresentados nos 8 anos precedentes. Neste período a despesa de consumo das famílias teve um aumento de 25,5%, a formação bruta de capital fixo 45,3%, o consumo do governo 29% e as exportações 46,7%.

Antecipando uma discussão mais detalhada, pode-se observar que as exportações, neste período recente, junto com os investimentos tiveram um papel importante no crescimento do PIB. Porém é sempre importante lembrar que o que sustentou este crescimento, iniciado pelas exportações, foi o crescimento da demanda interna através da expansão do crédito e dos investimentos.

Investigando mais detalhadamente o período de 2004-2007, foco desta discussão, no intuito de compreender os condicionantes de seu crescimento, o Gráfico 2 ilustra a variação a produção da Agricultura, Indústria e Serviços em dois períodos comparados: 1996-2003 e 2004-2007.



Fonte: IBGE. Elaboração própria

Segundo os dados, a Agricultura, em apenas 4 anos (2004-2007), foi o único dos três setores que apresentou um crescimento maior do que no período de 1996-2003 (8 anos), respectivamente 22,97% e 19,75%.

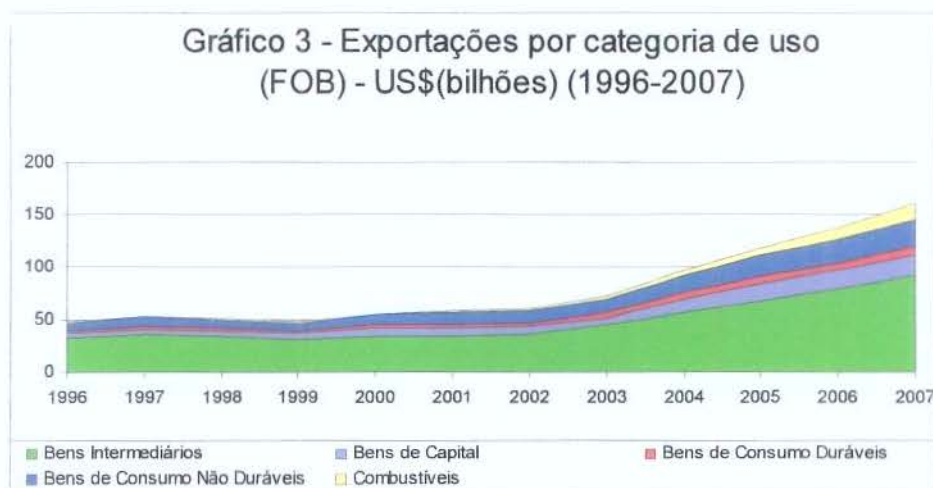
O crescimento anual da Agricultura, nos 4 anos recentes foi de 5,74%, mais de duas vezes superior ao apresentado nos 8 anos anteriores, que foi de apenas 2,47%. Também foi maior que o crescimento recente da Indústria, 4,60%, e dos Serviços, 4,63%.

Em grande medida, o maior crescimento do setor agrícola em relação aos demais é devido à variação positiva nos preços das commodities agrícolas, como café, milho e soja, que além de tornar rentável um plantio maior, também eleva o faturamento do setor através da própria elevação dos preços.

1.3 Exportações por categoria de uso 1996-2007

Na análise do crescimento observado no período entre 1996 e 2007, deve-se observar também a variação das exportações por categoria de uso, no mesmo período. Este entendimento é necessário para avaliar o impacto da expansão das commodities, por exemplo, na pauta de exportações brasileiras, e como influencia o crescimento econômico de forma indireta.

Seguindo os dados do IBGE sobre exportações por categoria de uso, ilustrados no Gráfico 3, constata-se que, ainda que nossa pauta de exportações seja predominantemente composta por bens intermediários, há um expressivo crescimento, como pode ser observado no gráfico, das exportações de bens de consumo não-duráveis, que incluem as commodities agrícolas.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Entre 1996 e 2003, o crescimento das exportações de consumo não-duráveis foi de 47,2%. Já entre 2003 e 2007 a elevação foi de 111%. Para o primeiro período, as exportações totais tiveram um crescimento de 53,3%, enquanto nos últimos quatro anos, a elevação foi de 119%.

Esta variação foi responsável, em grande medida, pela expansão dos preços das commodities no mercado global. Detalhando melhor a predominância do crescimento das commodities em relação aos demais setores, a Tabela 2 ilustra o total de exportações do primeiro semestre de 2007, e seu crescimento sobre o primeiro semestre de 2006.

Tabela 2
Exportações Brasileiras no 1º 2007
Setores com Predominância de Commodities x Demais Setores

Setores de Atividade	Total 1º 2007		Crescimento sobre 1º 2006		
	US\$ milhões	%	US\$ milhões	%	Participação %
Setores com Predominância de Commodities	24.099	32,9%	9.046	38,8%	73,8%
Extratos mineralizantes de ferro ()	5115	8,7%	1340	26,2%	10,9%
Alho e alho-marinha (camê)	5046	6,8%	1575	37,4%	1,2%
Silício ()	4960	6,7%	915	20,2%	1,1%
Argemônio ()	4361	6,2%	1104	27,2%	1,1%
Óleo de palma e polioquímicos ()	4102	5,8%	81	1,7%	1,1%
Óleo de canola	3480	7,8%	875	37,8%	7,7%
Minérios de metais-ferrosos	2965	7,0%	67	2,2%	7,1%
Derivados de produtos vegetais ()	2669	3,2%	639	25,4%	1,1%
Óleo	2554	3,2%	779	30,5%	1,1%
Faca e colímbio	2307	8,3%	878	38,0%	7,7%
Óleo vegetal ()	2041	2,8%	52	2,5%	1,1%
Óleo	1830	2,5%	87	4,7%	7,7%
Óleo	62	1,2%	1	0,1%	1,1%
Demais Setores	49.019	67,1%	12.256	25,1%	26,2%
Óleo vegetal ()	5535	10,8%	300	5,4%	2,1%
Óleo vegetal ()	5065	9,8%	73	1,4%	1,1%
Óleo vegetal ()	5014	9,8%	57	1,1%	0,6%
Óleo vegetal ()	4759	9,3%	777	16,3%	3,7%
Óleo vegetal ()	4168	8,0%	276	6,6%	3,1%
Óleo vegetal ()	3902	7,8%	74	1,9%	1,2%
Óleo vegetal ()	3559	7,2%	25	0,7%	0,6%
Óleo vegetal ()	3305	6,7%	306	9,2%	3,7%
Óleo vegetal ()	3215	6,6%	117	3,6%	1,7%
Total	73.214	100,0%	12.213	16,7%	100,0%

Fonte: Funcex

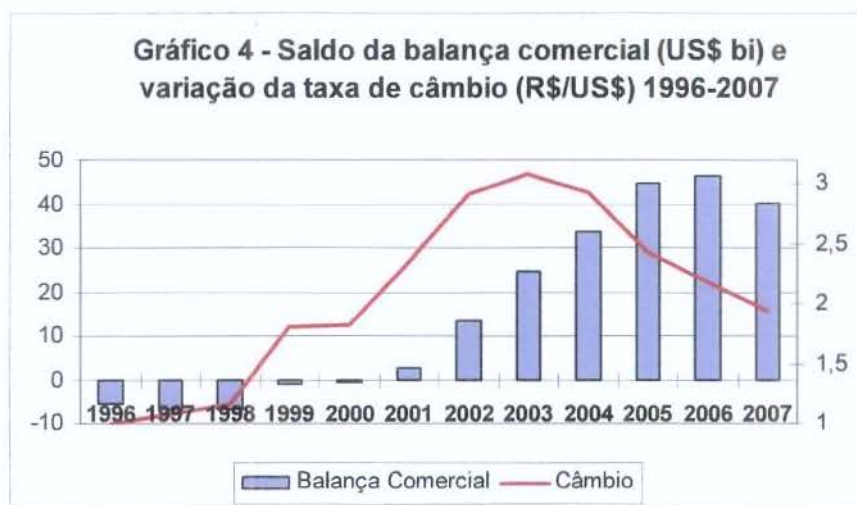
Pode-se observar que os setores com predominância de commodities representaram, no primeiro semestre de 2007, 32,9% das exportações brasileiras, e tiveram um crescimento de 26,8% sobre o mesmo semestre de

2006, contribuindo com 73,5% do crescimento das exportações. Já os demais setores, que tem participação de 67,1% das exportações no primeiro semestre de 2007, cresceram 12,1% frente o mesmo semestre do ano anterior. Destaque para o aumento das exportações nos segmentos extrativa mineral, abate de animais, agropecuária e siderurgia.

Este crescimento expressivo nas exportações de commodities brasileiras foram favorecidas por um cenário externo de crescimento robusto da economia mundial, onde a China tem um papel principal. Esta tendência faz com que haja uma demanda elevada por nossos bens e mantenha elevado os preços das matérias-primas.

1.4 Balança Comercial 1996-2007

Também é importante, em nossa análise, compreender a relação entre o saldo da balança comercial brasileira com o crescimento observado no período recente. O Gráfico 4 ilustra a variação no saldo da balança comercial e da taxa de câmbio, entre 1996 e 2007.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Nos três anos anteriores à crise do Real, em 1999, a moeda artificialmente valorizada incentivava as importações, em detrimento das

exportações. Isto se reflete no saldo negativo da balança comercial nestes anos, que foi negativo em US\$ 5,9 bi em 1996, US\$ 6,7 bi em 1997 e US\$ 6,5 bi em 1998.

Já em 1999, com a desvalorização do real, também ilustrada no Gráfico 4, o saldo da balança comercial torna-se menos negativo (em US\$ 1,2 bi), e em 2001 já é positivo em US\$ 2,6 bi.

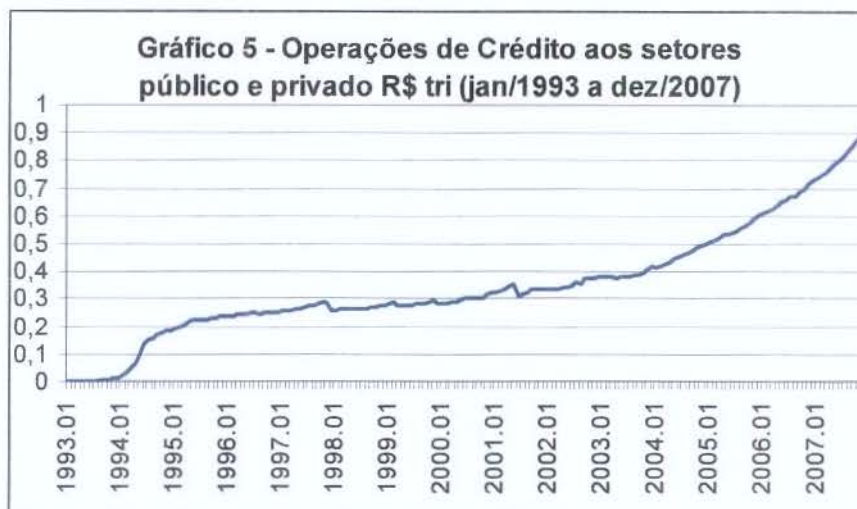
Pode se observar, a partir do gráfico, a relação que há entre a desvalorização do câmbio, que parte R\$ 1,16 em 1998 e sobe até R\$ 3,07 em 2003, com a elevação do saldo da balança comercial, que em 2003 foi positiva em US\$ 24,8 bi. Esta relação está defasada principalmente porque o primeiro impacto positivo sobre a balança comercial é determinado pelo aumento da demanda chinesa e preços das commodities.

Ainda que o real tenha sofrido uma valorização, a partir do final de 2003 e início de 2004, chegando a R\$ 1,94 em 2007, o saldo da balança se mantém positivo, e crescente, devido principalmente à elevação dos preços das commodities, e do volume de exportações, como já discutido.

Há que se entender, portanto, o período recente crescimento econômico de 2004-2007 num cenário de desvalorização do câmbio, queda do saldo da balança comercial a partir de 2006 e elevação do preço das commodities (principalmente do barril de petróleo). Outro fator importante na compreensão deste crescimento é o avanço do crédito no país, que será discutido no próximo tópico.

1.5 Expansão do Crédito no país 1993-2007

Para compreender melhor a expansão econômica observada entre 2004 e 2007, um fator importante é a análise da expansão do crédito no país. Neste aspecto, o Gráfico 5 ilustra as operações de crédito aos setores público e privado de 1993 a 2007.



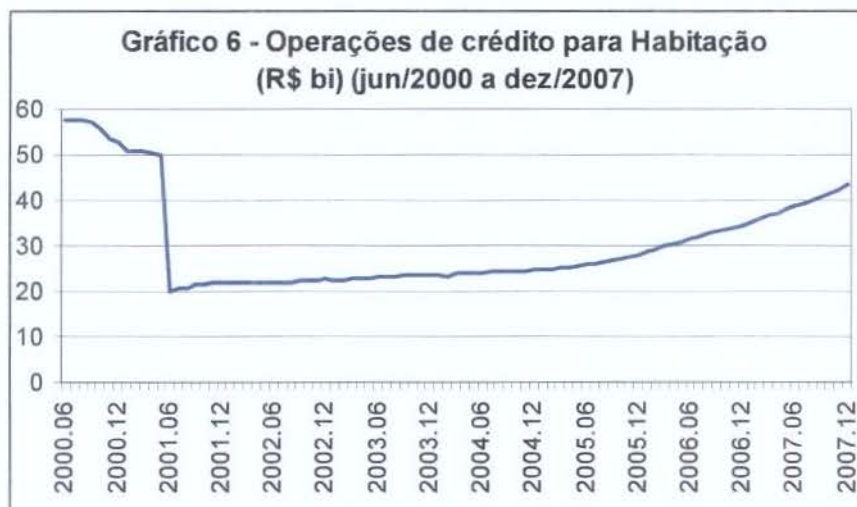
Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Pode-se diferenciar, através do gráfico, três períodos distintos. O primeiro, com baixas operações de crédito, é o patamar inferior compreendido até 1994, quando foi de apenas R\$ 21 bilhões em janeiro deste ano. Um segundo patamar pode ser observado entre o início de 1995 e o início de 2004, onde houve uma expansão tímida nas operações de crédito. Em janeiro de 1995 as operações de crédito foram de R\$ 192 bi, quase dez anos depois, em janeiro de 2004, são de R\$ 417 bilhões.

O terceiro período que se pode destacar é o mais recente, de 2004 até 2007, quando tem se observado uma expansão contínua nas operações de crédito. Se no início de 2004 foram de R\$ 417 bi, já no final de 2007 alcançam R\$ 935 bi, um crescimento de 124% em 4 anos, maior que a elevação de 117% nos 9 anos entre 1995 e 2004.

Numa análise de operações de crédito direcionados, o Gráfico 6 ilustra a variação no crédito para habitação. Também pode ser observado um período de crescimento significativo, entre junho de 2001, quando foi de R\$ 20 bilhões até dezembro de 2007, quando alcança R\$ 43,5 bilhões no setor. A queda acentuada em Junho de 2001, que pode ser nitidamente observada no gráfico foi devido à Medida Provisória Nº 2.196, DE 28.6.2001 – CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

FEDERAIS. O programa visou adequar a situação patrimonial de quatro bancos públicos federais (BB, CEF, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia). O PROGRAMA VISOU ADEQUAR A SITUAÇÃO PATRIMONIAL DE QUATRO BANCOS PÚBLICOS FEDERAIS - BANCO DO BRASIL (BB), CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF), BANCO DO NORDESTE (BNB) E BANCO DA AMAZÔNIA (BASA). Este programa criou a Empresa Gestora de Ativos (Emgea), empresa pública federal, que teve como principal objetivo inicial reduzir o risco da carteira de crédito para a habitação, o que determinou a redução deste crédito, como observado nos gráficos 6 e 7.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Quanto analisado em percentual do PIB, as operações de crédito tem a mesma tendência de elevação a partir de junho de 2006, quando era 8% do PIB para o final de 2007, quando ultrapassa 10% do PIB. O Gráfico 7 ilustra esta tendência de crescimento.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Outro segmento importante na análise do crédito direcionado é o setor rural, que também apresenta a mesma tendência de crescimento no período recente, principalmente a partir de junho de 2002, quando foi de R\$ 20,5 bilhões. Em dezembro de 2007, o crédito para o setor rural alcançou mais de R\$ 64 bilhões, uma expansão de 220% em cinco anos e meio. O Gráfico 8 ilustra este crescimento comparando sua trajetória de junho de 2000 até dezembro de 2007.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Na análise da expansão das operações de crédito para a indústria, ilustrada no Gráfico 9, pode se observar uma forte tendência de crescimento iniciada no final de 2004. Em dezembro deste ano, foram destinados para o setor industrial R\$ 124 bilhões. Já em dezembro de 2007, as operações de crédito para indústria foram de R\$ 213 bilhões, um crescimento de 71,7% em apenas três anos.



Fonte: IPEADATA. Elaboração própria

Esta análise da expansão do crédito, que se observou principalmente a partir de 2004, nos setores de habitação, indústria e setor rural, é importante para caracterizar este período de crescimento que, ainda que tenha sua impulsão, em grande medida, no mercado externo, ou melhor, na elevação dos preços das commodities, está pautado também no crescimento da demanda interna. Este fato é corroborado pela expansão das operações de crédito aos setores público e privado, que observou uma elevação, como dito, de 124% de 2004 a 2007.

O que deve ficar claro é a relação intrínseca que há entre a expansão do crédito, melhora nas contas externas e crescimento econômico, neste período recente. Pois ainda que a expansão do saldo da balança comercial, derivado do boom de preços das commodities, seja o impulsionador deste nível de crescimento, é só através da junção de todos estes fatores (contas externas

mais elevação da demanda interna) que o país tem conseguido manter o índice de atividade econômica em expansão.

1.6 Considerações Finais

O objetivo deste capítulo foi mostrar a estagnação econômica da década até 2003, e o esboço de reação observado a partir de 2004. Também se procurou entender as especificidades do crescimento recente, como a predominância do setor agrícola frente os demais e a importância das exportações, das commodities, no saldo comercial e na expansão do volume de crédito.

Neste sentido podemos concluir que houve um período de estagnação econômica até o início de 2004 e uma reação iniciada neste ano, ainda que a política econômica executada pelo governo atual tenha mantido, e em alguma medida até intensificado, o mesmo cunho neoliberal do governo anterior. Esta retomada do crescimento perduraria até o terceiro trimestre de 2008, quando a crise econômica iniciada no mercado imobiliário norte-americano contamina as demais esferas da economia, afetando fortemente o mercado brasileiro, já a partir do último trimestre de 2008.

Nosso objetivo no próximo capítulo será entender o que determinou a retomada do crescimento no período de 2004 a 2007, ainda que tímida e, mais especificamente, qual foi a importância da elevação no quantum e no preço das commodities exportadas para este crescimento. Para tanto, há que se observar a variação dos preços das commodities, os fluxos de capital entre Brasil e o Mundo, a variação das reservas brasileiras. Lembrando sempre da importância do dinamismo interno da economia como fator de sustentação deste crescimento. Portanto foi a elevação da demanda interna, investimentos e crédito que sustentaram este curto período de crescimento.

Capítulo 2 – Influência do contexto externo no crescimento econômico de 2004 a 2007.

O segundo capítulo tem como objetivo entender a influência do contexto externo, principalmente o crescimento vigoroso da economia chinesa, iniciado na década de 70, no crescimento explicitado no capítulo anterior. Ou seja, uma vez que a política econômica se manteve, de modo geral, como a expansão dos preços das commodities, por exemplo, determinou e possibilitou a expansão do produto brasileiro, através da elevação das exportações e da conta de capitais. Para tal, focaremos em três dados:

1) Primeiro como a variação dos preços das commodities no período recente (2003-2007), contrastado com o período anterior determinou elevação nas exportações, melhora na conta de transações correntes e maior saldo geral do balanço de pagamentos.

2) Como consequência, mas não só, como esta elevação nos preços das commodities contribuíram para a elevação nas reservas brasileiras no período recente.

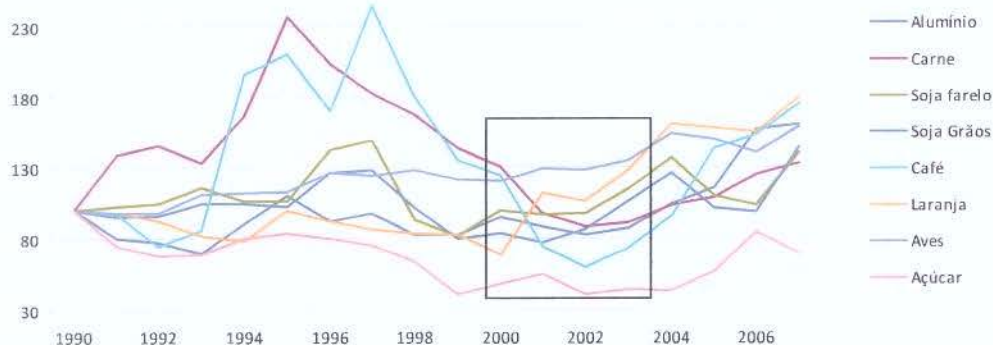
3) Por último, ponderar esta melhora nas reservas observando também as mudanças nos fluxos de capital do Brasil. Entender como a elevação do Investimento Direto brasileiro e, de forma ainda mais relevante, os investimentos em carteira contribuíram para esta mudança.

Com estes dados, esperamos entender melhor as determinações do crescimento econômico brasileiro no período recente, entre 2004 e 2007.

2.1 Variação dos preços das commodities

Para melhor compreender a relação entre a variação dos preços das commodities e o crescimento do PIB brasileiro no período analisado, observemos o gráfico abaixo, que ilustra a variação dos preços de oito commodities selecionadas.

Gráfico 10 - Variação nos preços das commodities (1990-2007) 1990=100



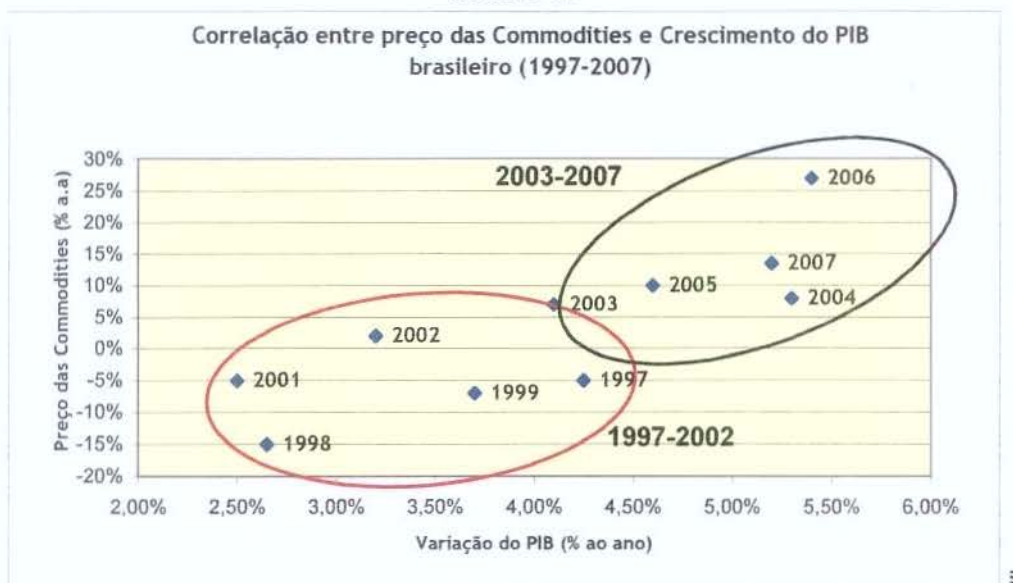
Fonte: Ipeadata. Elaboração própria.

Tomando como ano base 1990, podemos observar que os preços de Carne e Café, e das demais commodities em geral, tem uma queda expressiva a partir de 1995 até 2000, quando então iniciam uma retomada forte e geral a partir de 2002, em virtude do aquecimento da demanda global por bens primários, principalmente chinesa.

O que pretende-se entender aqui, numa análise iniciada no capítulo anterior, é como que este crescimento dos preços das commodities impactou na retomada da atividade econômica entre 2004 e 2007. A hipótese apresentada aqui é de que a maior demanda global por bens primários, principalmente derivada da política estatal de investimentos chinesa, fator fundamental de seu crescimento econômico vigoroso nas últimas décadas, pressionou substancialmente os preços para cima. Esta elevação favoreceu a economia brasileira, exportando mais em quantum e valor, gerando saldos na balança comercial e dinamizando, ainda que de uma forma restrita, a economia nacional.

O gráfico a seguir ilustra a correlação entre os preços das commodities e o crescimento do produto brasileiro entre 1997-2007.

Gráfico 11



excluem o ano de 2000. - Fonte: "Brasil 2008", Marcelo Carvalho, Morgan Stanley Research.

Através do Gráfico 11 podemos claramente dividir este período em dois. De 1997 a 2002 os preços das commodities caíram ou subiram pouco, ao mesmo tempo em que o crescimento do PIB brasileiro oscilou entre 2,5% e 4,5%. O segundo período, de maior inserção externa e maiores exportações, como já observado, apresentou um crescimento do preço das commodities de 5% até mais de 25% em 2006, compatível com uma variação positiva do PIB entre 4% e 5,5% em todo o período.

Esta constatação, observando conjuntamente com os Gráficos 3 e 4 do capítulo anterior, ilustram como a elevação dos preços das commodities implicaram a elevação das exportações, do saldo comercial e, portanto das reservas, como observaremos no próximo ponto.

2.2 Variação das reservas brasileiras no período recente

A elevação do preço das commodities, ainda mais do que a elevação de seu volume exportado, foi um dos fatores do relevante crescimento das

reservas externas brasileiras no período recente. Ainda que não tenha sido o único fator decisivo, foi de grande importância.



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Segundo o gráfico 12, de 2004 para 2007 as reservas brasileiras mais do que triplicaram, saindo de US\$ 54 bi para mais de US\$ 180 bi em 2007. Resultado não só de saldos positivos da balança comercial, mas também de maiores aplicações em carteira, que será mais bem detalhado no próximo ponto. A partir do gráfico podemos observar a elevação mais do que proporcional das reservas em relação ao saldo da balança comercial, resultado, como dito, das duas contas. Não apenas do conta corrente, mas também do resultado positivo da conta financeira. É imprescindível dizer que há forte relação entre elas. Se há saldos positivos na balança comercial, por exemplo, maior será a entrada de capitais como IED.

É importante entender que a ampliação destas reservas trouxe certa estabilidade à política econômica do governo, num período em que o Brasil salda sua dívida externa e interrompe o ciclo de empréstimos junto ao FMI. Porém, deve-se analisar de forma mais detalhada como estas reservas foram compostas, ou seja, qual a real importância da conta financeira nos saldos positivos do balanço de pagamentos brasileiro no período recente, que será abordado no próximo ponto.

2.3 Fluxos de Capital

Para compreender como foi possível que as reservas brasileiras crescessem de forma mais do que proporcional à variação da balança comercial, deve-se olhar para a composição do balanço de pagamentos brasileiro. O Gráfico 13 ilustra as duas principais contas agregadas do balanço de pagamentos entre 1990 e 2007.

Gráfico 13 - Balanço de Pagamentos Brasileiro (1990-2007)



Fonte: Banco Central. Elaboração própria

Como podemos auferir do gráfico, após a abertura de 94, a conta de transações correntes só volta a ser positiva em 2003, quando as entradas de capital nesta conta superam as saídas em US\$ 4 bi. Após este ano ela se mantém positiva até 2007. Portanto, de 1994 até 2002 a conta de transações correntes brasileira permanece negativa, contribuindo para resultado do balanço ruim no período, e negativo entre 1997 e 2000. Podemos observar também no gráfico como a conta de capital, muito positiva entre 1995 e 2001, é fortemente afetada com a Crise brasileira de 99, e cai para valores negativos, chegando a saída de US\$ 9,5 bi em 2005. Quando então volta a valores

positivos, determinando os bons resultados gerais do balanço, que alcança seu melhor nível em 2007, com um resultado positivo de mais de US\$ 87 bi.

Todos estes dados dividem o período que analisamos em dois. Antes de 2003, com queda da conta financeira, resultados negativos nas transações correntes e resultado do balanço em torno de zero. Após 2003 tem saldos positivos nas transações correntes, com um aumento substancial das exportações, melhora na conta financeira a partir de 2005 e resultados expressivos do balanço de pagamentos.

Esta forte elevação da conta financeira a partir de 2006 foi responsável pela elevação das reservas brasileiras, num momento em que o saldo da balança comercial, de US\$ 40.5 bi em 2006, tem uma queda para US\$ 40 bi em 2007. Esta maior entrada de capitais no país deve-se ao chamado carry trade, onde estrategistas de grandes fundos internacionais captam recursos em países com taxas de juro muito baixas, como o Japão, e com moedas com tendência a depreciar, e aplicam em países com taxas de juro elevadas, como o Brasil, que tem a taxa de juros real mais alta do mundo, e com moedas com tendência à apreciação. Deste modo, os investidores ganham duas vezes, pela diferença na taxa de juros e pela diferença nas variações cambiais.

O Goldman Sachs, a Insight Investment Management e a Ficher Francis Trees & Watts tem recomendado investidores a realizar carry-trade com o real, captando em iene ou dólar australiano, para aplicar na alta taxa de juros brasileira¹. Esta recomendação é um exemplo da estratégia adotada pelos investidores internacionais, principalmente a partir de 2006, mas mesmo antes, que elevaram substancialmente as aplicações financeiras no país.

A partir da tabela 3, ilustrada no Gráfico 14, pode-se observar como, a partir de 2006, as contas de "Aplicações em Carteira" e "Empréstimos e Financiamentos" foram mais positivas do que a conta de "Saldo em Conta Corrente" e a "Investimento Externo Direto (IED)". Em 2006 o IED foi negativo em US\$ 9,38 bi.

¹ Retirado do site da Gazeta Mercantil em 15/04/2009

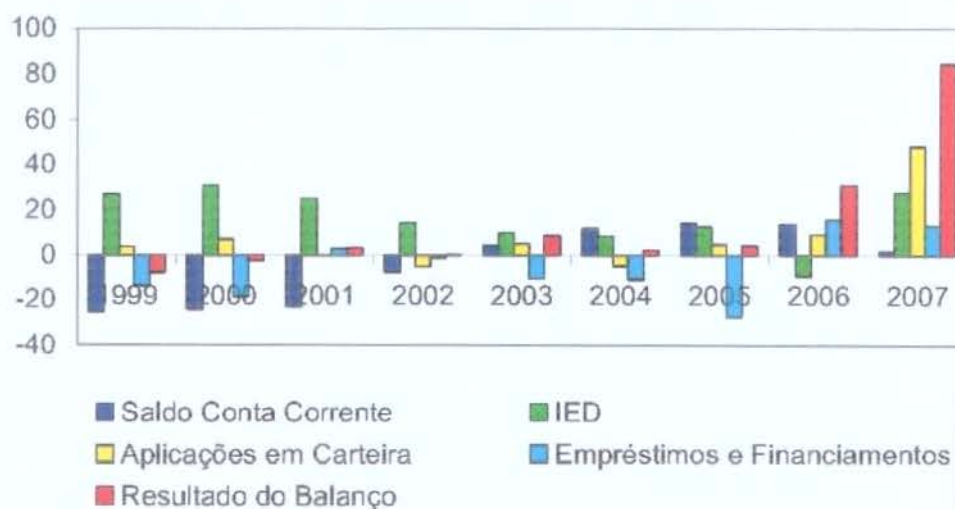
Tabela 3 – Balanço de Pagamentos brasileiro (1999-2007)

Ano	Saldo Conta Corrente	IED	Aplicações em Carteira	Empréstimos e Financiamentos	Resultado do Balanço
1999	-25,335	26,888	3,802	-13,62	-7,822
2000	-24,225	30,498	6,955	-18,202	-2,262
2001	-23,215	24,715	0,077	2,767	3,307
2002	-7,637	14,108	-5,119	-1,062	0,302
2003	4,177	9,894	5,308	-10,438	8,496
2004	11,679	8,339	-4,75	-10,806	2,244
2005	13,985	12,55	4,885	-27,521	4,319
2006	13,643	-9,38	9,081	15,688	30,569
2007	1,712	27,518	48,39	12,97	84,484

Fonte: Banco Central

A partir dos dados da tabela 3, podemos observar no Gráfico 14 como a conta de Aplicações em Carteira teve o resultado mais positivo em 2007, de US\$ 48 bi, responsável sozinha por mais da metade do saldo geral do balanço de pagamentos daquele ano, de US\$ 84,4 bi.

Gráfico 14 - Fluxos financeiros no balanço de pagamento brasileiro (1999-2007) em US\$ bi



Fonte: Banco Central. Elaboração própria.

Estes dados ilustram que de 2003 a 2006 o Resultado do Balanço de Pagamentos foi mais influenciado pelo Saldo na Conta Corrente, derivado das

altas exportações em razão da elevação dos preços das commodities, enquanto entre 2006 e 2007, o saldo do BP foi mais determinado pela entrada de capitais na conta financeira, principalmente pelo chamado carry-trade que, como explicado, é atraído pelo alto rendimento das taxas de juros brasileiras, num período de relativo baixo risco, e com tendência à apreciação cambial da moeda nacional.

2.4 Considerações Finais

Como observado neste capítulo, a composição das reservas brasileiras, e, portanto, de um regime econômico favorável ao crescimento do PIB observado, deve ser entendido em três passos. O primeiro é a elevação dos preços das commodities a partir de 2002, observada no Gráfico 10, como resultado do aquecimento da demanda global por bens primários, principalmente devido ao alto regime de investimentos públicos da China. Esta demanda maior pressionou os preços fazendo com que o Brasil exportasse mais em volume e valor, como observado no Gráfico 3. Isto fez com que o país apresentasse saldos na balança comercial substanciais a partir de 2003 (Gráfico 4) que elevaram as reservas externas brasileiras.

Esta elevação das reservas, detalhada no ponto 2.2 foi impulsionada a partir de 2006 pela conta de capitais, principalmente devido ao chamado carry-trade, onde investidores internacionais aplicam seus recursos nas altas taxas de juros brasileiras. Como observado no ponto 2.3, e principalmente no Gráfico 13, a partir de 2006 é a entrada de capitais nas aplicações em carteira e Empréstimos e Financiamento (Tabela 3) que determinaram a forte elevação das reservas no biênio 2006-2007, quando alcançou US\$ 84,4 bi.

Portanto, devemos olhar tanto para a elevação dos preços das commodities e sua conseqüente determinação nos saldos positivos da conta de transações correntes, como também para a forte entrada de capitais especulativos no Brasil, de modo a compreender a forte elevação das reservas brasileiras e sua importância no crescimento econômico do país entre 2004 e 2007.

No próximo capítulo, busca-se de forma conclusiva retomar os pontos apresentados, avaliar de forma crítica o crescimento econômico no período de 2004 a 2007 e entender como ele pode afetar os rumos do país nos tempos desta crise que se desenrola.

Capítulo 3 – Análise Crítica do Crescimento Econômico Brasileiro no período

Caso o crescimento econômico observado no Brasil no período em estudo (2004-2007), e até mais além, incluindo o ano de 2008, tivesse uma característica sustentável e dinâmica, certamente o país não sofreria as consequências da crise de modo tão determinante, que levou o Brasil a entrar em recessão técnica no final do primeiro trimestre de 2009, quando apresentou dois trimestres seguidos de retração de seu PIB.

Portanto, ainda que a elevação do produto no período analisado trouxe benefícios à economia, há que se avaliar de forma crítica este crescimento, pautado num setor pouco dinâmico da economia que é a exportação de bens primários, em contraponto, por exemplo, com a expansão da economia chinesa pautada em produtos manufaturados, de maior valor agregado. É necessário destacar que o Brasil também exporta manufaturas, porém não tão avançadas (de alta tecnologia) como a de países desenvolvidos, ou em grande quantidade, como na China.

3.1 A contribuição de Raúl Prebisch

Uma relação de comércio calcada num setor pouco dinâmico, seguindo o conceito de insuficiência dinâmica da economia de Prebisch², que é a produção de commodities, *a priori*, limita as capacidades de engendrar um ciclo de desenvolvimento endógeno de uma economia nacional.

Quando em 1963 Prebisch analisa o modelo de desenvolvimento para fora dos países latino-americanos no pós-guerra, escreve:

“ante a possibilidade de manter o ritmo anterior de crescimento das exportações tradicionais, ou de o acelerar, impõe-se então a substituição de importações - principalmente das industriais - para contrabalançar essas disparidades e inicia-se assim o desenvolvimento para dentro dos países latino-americanos”

(Cf. PREBISCH, 1963, p. 86).

Esta análise, ainda que feita há 46 anos, faz-se atual, resguarda as devidas proporções, quando analisa-se o modelo de crescimento agroexportador brasileiro. Salvo a honrosa exceção da exportação de aviões da Embraer, os principais produtos exportados pelo Brasil são produtos agrícolas.

Seu principal modelo teórico, o sistema centro-periferia, foi para Prebisch a base dos problemas do desenvolvimento dos países latino-americanos. Para o autor são necessários três meios para engendrar o desenvolvimento destes países. O primeiro meio é a industrialização via processo de substituição de importações. O segundo meio é via comércio internacional, quando Prebisch incentivou a criação de um mercado comum latino-americano, e melhores condições de troca através da Unctad. O economista argentino via a expansão do comércio mundial como requisito fundamental para o desenvolvimento da periferia. O terceiro meio advém de sua Teoria da Transformação, que prega a transformação do sistema como forma de acumulação e distribuição de renda.

² Sobre a teoria de Prebisch, ler “Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano” PREBISCH, R. 1963

Este modelo teórico de Prebisch demonstra que o crescimento econômico brasileiro, embora possa ser impulsionado pelo comércio externo de commodities, não deve fazer desta troca um fim em si. Mas deve, por outro lado, utilizar os resultados positivos da balança comercial e da inserção no mercado externo como forma de completar e dinamizar sua industrialização, modernizando sua pauta exportadora.

O objetivo maior de Prebisch foi, desde os tempos da CEPAL, o desenvolvimento das economias da periferia, com equidade e elevação da renda. Sua relevância para este trabalho é realizar uma análise sempre crítica de qualquer período de crescimento econômico, de modo a compreender se esta acumulação produtiva é desenvolvimentista, ou apenas amplia a acumulação de capital e renda dos detentores dos meios de produção.

3.2 Os impactos da crise de 2008 no mundo do trabalho

Uma das perspectivas de análise do crescimento econômico auferido pelo país no quadriênio 2003-2007 é como ele sustentou a economia e, mais precisamente, como influenciou nas relações de trabalho durante uma crise imediatamente posterior ao período analisado. Se foi um crescimento dinâmico e sustentável, pode funcionar como um amortecedor da crise, reduzindo seus efeitos nefastos no mercado de trabalho. Se por outro lado não teve um efeito anticíclico virtuoso, estes efeitos perversos devem ser sentidos no Brasil de forma análoga à economia global. Faz-se necessário, destarte, analisar de forma reversa este período de expansão econômica. Ou seja, entender através dos efeitos da crise, no mundo do trabalho, qualitativamente o crescimento econômico imediatamente anterior a ela.

Não há dúvida de que em qualquer crise a classe mais afetada é sempre a classe trabalhadora. Pois para aqueles que, segundo uma perspectiva marxista, valem-se apenas de sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e reprodução, a redução de postos de trabalho é, diretamente, uma limitação de seu modo de vida. Para os capitalistas, detentores dos meios de produção, o corte destes mesmos postos de trabalho faz com que a

incessante concentração e reprodução de seu capital não se interrompam, garantindo desta forma seus lucros.

Neste aspecto, temos que observar os noticiosos avaliando os números da crise não apenas de forma estatística, mas humana e trágica. Segundo o Dieese, a crise financeira global eliminou em apenas 3 meses mais de 750 mil postos de trabalho no Brasil. São portanto 750 mil famílias que tem agora maiores dificuldades para viver e se reproduzir socialmente. Torna-se mister avaliar e entender então, mais até do que os números do PIB ou das bolsas, o verdadeiro impacto desta crise no mundo do trabalho, e como as relações de trabalho no país se modificaram em decorrência.

Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese) e pela Fundação Seade, de Abril de 2009, a taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo teve seu primeiro mês de estabilidade, foi de 14,9% em março e 15% em abril, contra três elevações sucessivas nos meses anteriores. Segundo a pesquisa, a taxa de desemprego aberto foi de 10,9%, e a de desemprego oculto foi de 4,1%.

A **Tabela 4**, retirada da PED-SP de Abril de 2009 ilustra as variações no desemprego da região destacada, comparando os meses de Abril de 2008, Março e Abril de 2009. A estimativa segundo a pesquisa é de que existem hoje, na região metropolitana de São Paulo, mais de 1,5 milhões de pessoas desempregadas, sendo 1,1 mi de Desemprego Aberto. Sendo a População Economicamente Ativa (PEA) de 10,4 mi, os desempregados representam 15%, um crescimento de 5,7% em relação à Abril de 2008.

Tabela 4

Estimativas do Número de Pessoas de 10 Anos e Mais, segundo Condição de Atividade
Região Metropolitana de São Paulo
Abril/08-Abril/09

Condição de Atividade	Estimativas (em mil pessoas)			Variações			
				Absoluta (em mil pessoas)		Relativa (%)	
	Abr/08	Mar/09	Abr/09	Abr-09/ Mar-09/	Abr-09/ Abr-08	Abr-09/ Mar-09	Abr-09/ Abr-08
POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA	16.352	16.552	16.570	18	218	0,1	1,3
População Economicamente Ativa	10.449	10.411	10.456	45	7	0,4	0,1
Ocupados	8.965	8.860	8.888	28	-77	0,3	-0,9
Desempregados	1.484	1.551	1.568	17	84	1,1	5,7
Em Desemprego Aberto	1.024	1.124	1.139	15	115	1,3	11,2
Em Desemprego Oculto pelo Trabalho Precário	345	305	316	11	-29	3,6	-8,4
Em Desemprego Oculto pelo Desalento	115	122	113	-9	-2	-7,4	-1,7
Inativos com 10 Anos e Mais	5.903	6.141	6.114	-27	211	-0,4	3,6

Fonte: SEP, Convênio Seade – Dieese e MTE/FAT.

Nota: Projeções populacionais atualizadas. Ver Nota Técnica 10.

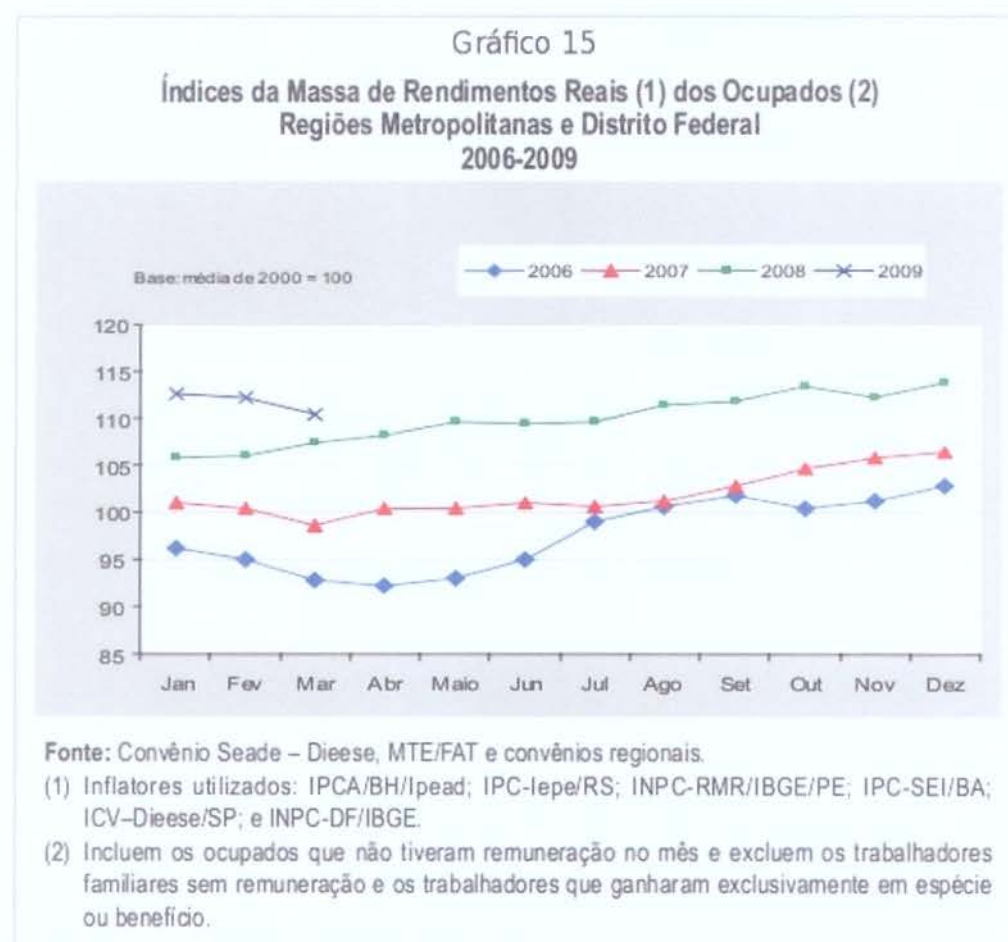
Ainda que o índice de desemprego tenha permanecido estável neste mês, o emprego na Indústria caiu. Segundo a PED das 6 regiões metropolitanas pesquisadas, foram criados no setor de Serviços 79 mil ocupações neste mês de Abril, representando um aumento de 0,9%. Na Construção Civil 33 mil ocupações a mais, ou elevação de 3,3%. No Comércio redução de 5 mil postos de trabalho, ou -0,2%. Na Indústria, onde o emprego é de maior qualidade em termos de seguridade social, formalização e direitos do trabalho, o resultado foi ruim, com uma eliminação de 53 mil postos de trabalho, ou queda de 2,1%.

Portanto, pode-se dizer que houve uma piora na qualidade dos empregos, mesmo que no agregado o índice de desemprego tenha permanecido constante.

Ainda segundo a pesquisa, em relação à Abril de 2008 houve uma elevação dos empregos com carteira assinada, e uma queda dos postos de trabalho sem carteira assinada. O emprego público teve um aumento de 2,2%, privado com carteira de 3,6%, privado sem carteira uma redução de 4,8% e trabalhadores autônomos uma redução de 1,9%.

Segundo estes dados, pode-se dizer que houve uma tímida melhora na formalização do trabalho, gerada por incentivos governamentais mas também pela elevação do emprego nas grandes empresas.

Ainda assim, como pode se observar no Gráfico 15, os Rendimentos Reais dos trabalhadores nas regiões pesquisadas vem caindo no começo de 2009, e já está próximo ao valor de Abril de 2008.



Nestas regiões os rendimentos médios reais de ocupados teve uma queda de 0,8% e de assalariados de 0,3%, passando a valer R\$ 1.203 e R\$ 1.272, respectivamente.

O nível de ocupação de Abril de 2008 a Abril de 2009 cresceu, mas não de forma suficiente para reduzir o desemprego. Seu crescimento foi de 1,2%, gerando 196 mil ocupações, mas 313 mil pessoas ingressaram no mercado de

trabalho, elevando o número de desempregados. A taxa de participação ficou praticamente constante, de 61,3% para 61% entre o mesmo período.

Para o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes³, esta crise do subprime, também entendida como uma crise especulativa é em grande medida parecida com a crise de 29. Para o estudioso, os fundamentos desta crise iniciada nos EUA datam dos anos 1970.

Portanto, esta crise atual iniciou-se há mais de trinta anos, mas só agora alcançou o epicentro da economia global. Segundo Robert Kurz⁴, a queda da URSS no início dos anos 90 devido ao que o autor chamou de Colapso da Modernização, e a seguinte crise dos 90 em vários países do "Terceiro Mundo" era um presságio de um problema maior, uma crise do modo de produção de mercadorias que não tardaria a migrar para o centro do sistema capitalista.

François Chesnais⁵ e István Mészáros⁶ são outros autores que alertaram para o rumo trágico que tomava a economia mundial, que decretaram também a falência do sistema de intervenção estatal, tanto keynesiana como de modelo soviético. Temos que discordar dos autores quando observamos o exemplo da China, que mesmo dentro do sistema capitalista, através de forte intervenção estatal keynesiana, demonstra maiores condições de suportar a crise e grande fôlego para o crescimento.

A partir disto, podemos observar os efeitos nefastos no mundo do trabalho. Segundo Antunes, a OIT divulgou um relatório mundial advertindo que 1,5 bi de trabalhadores serão fortemente afetados pela erosão salarial ou desemprego. Na China, por exemplo, mais de 26 milhões de ex-trabalhadores rurais perderam seus trabalhos nas indústrias da cidade, gerando um enorme impacto social no país. Ainda segundo o relatório, mais de 2,4 milhões de pessoas poderão perder o emprego em 2009 na América Latina, engordando o número de 16 milhões de desempregados atualmente.

³ ANTUNES, R. "As dimensões da crise no mundo do trabalho". Entrevista para o Jornal da Unicamp. Março de 2009

⁴ KURZ, Robert. "O Colapso da Modernização" - Novembro de 2004, Revista "Reportagem" de S. Paulo, nº 64, in NOVOS E VELHOS COMBATES

⁵ CHESNAIS, F. (1997a). "Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo". Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política. Rio de Janeiro: n. 1

⁶ MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

Segundo trabalho do Professor Waldir Quadros⁷, o desemprego recente é predominantemente juvenil e de adultos jovens. 71% dos desempregados tinham em 2007 de 15 a 34 anos. Se classificados por gênero e cor, na faixa etária de 15 a 19 anos (maior porcentagem de desemprego) os desocupados são, principalmente: jovens negras (com 28,5%), seguidas pelos negros (26,5%), brancas (24,5%) e brancos (20,4%).

Na segunda faixa etária com maior nível de desemprego, de 20 a 24 anos, a hierarquia é: mulheres negras (32,0%), mulheres brancas (26,6%), homens negros na terceira posição (23,9%) e os brancos são os menos afetados (17,5%).

Esta estrutura se mantém nas faixas etárias seguintes, até a de 40 a 44 anos, caracterizando o conjunto dos desocupados.

Segundo QUADROS, o crescimento econômico recente não foi suficiente para reduzir de forma relevante a massa e a proporção de desocupados, gerando um quadro crítico de vulnerabilidade social pautado numa expectativa de médio prazo de recessão econômica, com agravamento do desemprego e redução da renda.

Para o professor de Economia da Unicamp, e atual diretor do IPEA, Marcio Pochmann, uma redução da jornada de trabalho para 12 horas semanais, seria um caminho para elevar o emprego. Para Antunes, essa jornada seria suficiente para garantir a produção voltada ao consumo da humanidade. Porém, segundo Marx, a proposta de redução da jornada de trabalho vai contra os interesses do grande capital que, se não fosse pelas lutas dos trabalhadores, elevaria ainda mais a jornada e o progresso técnico de forma a maximizar a acumulação de capital, ou como ele cunhou, o D-M-D'.

Esta sociedade da exploração do trabalho que está colocada preocupar-se com o trabalho apenas como um dos meios necessários à acumulação de riqueza abstrata. Para os estudiosos do trabalho, reduzir a jornada de trabalho sem reduzir concomitantemente os direitos do trabalhador é um embate político

⁷ QUADROS, Waldir José de "Perfil Social do desemprego recente" - TD IPEA/Unicamp n. 156 fevereiro de 2009

do trabalho contra o capital, que existe desde a o nascimento do capitalismo, nos primórdios da Revolução Industrial.

Se os interesses desta sociedade não fossem os do grande capital, mas sim do progresso igualitário, haveria sim a possibilidade de reduzir a jornada de trabalho, elevando a qualidade de vida da classe trabalhadora. Para alcançar tal feito, muito há que se conquistar nesta luta entre trabalho e capital.

Portanto, todos estes efeitos da crise financeira afetam primeiro, e principalmente, o mundo do trabalho, elevando o desemprego e reduzindo algumas conquistas dos trabalhadores, aumentando a degradação social, que afeta toda a sociedade.

3.3 Considerações Finais

Através da avaliação deste período de crescimento segundo Prebisch e segundo sociólogos do mundo do trabalho, podemos contrastar estas visões com a tendência geral de compreender este efêmero crescimento como dinâmico e sustentável. Ainda que ele tenha encerrado um longo período de mais de duas décadas de estagnação econômica no Brasil, não foi suficiente para engendrar um ciclo virtuoso e duradouro de crescimento que pudesse agüentar uma crise com conseqüências menos nefastas a sua economia.

Deve servir esta crise, ao menos, como um momento de reflexão e análise crítica pois, ao expor ao limite as fragilidades do sistema monetário internacional e a enorme dependência dos países a este sistema, junto ao completo descolamento do capital fictício ao capital produtivo, vemos que a regra instaurada é sempre a socialização dos prejuízos, quando quantias sem limite são manejadas para garantir a sobrevivência de sociedades financeiras ou produtivas falidas, a custo jamais visto.

Na América Latina, e talvez com um pouco menos de força no Brasil, a crise é e continuará sendo impactada através da queda do comércio internacional, redução dos preços das commodities, redução dos fluxos de capital estrangeiro, forte instabilidade do câmbio, crise fiscal e outras conseqüências trágicas.

É um momento, portanto, acima de tudo de repensar este modelo econômico neoliberal, pautado na acumulação de riqueza abstrata a qualquer custo e que pode acabar comprometendo a sobrevivência até de seu hospedeiro: a economia real e produtiva.

Conclusões

Ao longo deste trabalho buscamos entender, à luz de uma crise financeira global de enormes proporções, a importância do crescimento econômico brasileiro no quadriênio 2004-2007, ainda que sob uma política econômica que se vale dos mesmos preceitos neoliberais do governo anterior, e sua habilidade ou incapacidade de atenuar os efeitos perversos desta crise econômica.

No primeiro capítulo o objetivo foi de mostrar a estagnação econômica que perdurou desde o início da década de 80 até 2003, e a tímida reação da economia a partir de 2004. Nesta linha, buscou-se entender as especificidades deste crescimento e qual foi a real importância do setor de exportações de commodities neste crescimento. Observamos este período de crescimento foi impulsionado pela elevação de preços e da demanda das commodities, principalmente devido a forte expansão da economia chinesa, grande compradora destes produtos.

O segundo capítulo teve como objetivo entender a influência do contexto externo de forma mais detalhada, principalmente o crescimento da economia chinesa, iniciado na década de 70. Os dados analisados foram a variação dos preços das commodities no período de 2003 a 2007, a conseqüente elevação das reservas brasileiras e a variação nos fluxos de capital.

Portanto, devemos olhar tanto para a elevação dos preços das commodities e sua conseqüente determinação nos saldos positivos da conta de transações correntes, como também para a forte entrada de capitais especulativos no Brasil, de modo a compreender a forte elevação das reservas brasileiras e sua importância no crescimento econômico do país entre 2004 e 2007.

No terceiro e último capítulo buscamos de forma conclusiva avaliar de forma qualitativa este crescimento, observando de forma geral os impactos da crise no mercado de trabalho e a análise crítica de Raúl Prebisch sobre o modelo econômico de desenvolvimento adotado pelos países da periferia. Entendemos que, ainda que este crescimento tenha interrompido um longo período de estagnação econômica, não foi suficiente para suportar os efeitos trágicos da crise, nem trazer consigo um projeto real de desenvolvimento que reduza as desigualdades sociais do Brasil e de outros países periféricos.

Bibliografia

ANTUNES, R. "Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho." São Paulo; Campinas. Cortez : Ed. da UNICAMP, 1995.

ANTUNES, R. "As dimensões da crise no mundo do trabalho". Entrevista para o Jornal da Unicamp. Março de 2009

Banco Mundial. *Commodity Markets and the Developing Countries*.
<http://www.worldbank.org/prospects/gcmonline> (27/04/2004)

CHIESNAIS, F. (1997a). "Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo".
Revista da Sociedade Brasileira de Economia
Política. Rio de Janeiro: n. 1

COUTO, Joaquim Miguel. "O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch." Econ. soc., Campinas. v. 16. n. 1, Apr. 2007 .

CRUZ, Marta Vieira. *Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964)*.

Developing Countries. Washington

KURZ, Robert "O Colapso da Modernização" - Novembro de 2004, Revista "Reportagem" de S. Paulo, nº 64, in NOVOS E VELHOS COMBATES

MEDEIROS, "A China como um duplo pólo na economia mundial" in Revista de Economia Política, Vol 26, n. 3, Jul/Set de 2006

MEDEIROS, Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China in Revista de Economia Política n. 19 vol. 3, 1999

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: Boitempo, 2002.

OLIVEIRA (2005) Reformas Econômicas na China in Economia Política Internacional – CERI/Unicamp, Boletim n.5 Junho/2005

PREBISCH, R. "Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano", 1963

QUADROS, Waldir José de "Perfil Social do desemprego recente" - TD IE/Unicamp n. 156 – Fevereiro de 2009

SARTI e HIRATUKA (2007) Ameaça das exportações chinesas nos mercados de exportações de manufaturados do Brasil in Boletim NEIT-UNICAMP, Dezembro/2007.

VIDELA, Pedro. "O avanço da China é bom para a economia brasileira". Entrevista dada ao Jornal o Estado de São Paulo, em 6 de Maio de 2007.